

ANARQUISMO TRABALHO E SOCIEDADE

LIVRO EM HOMENAGEM A **JOÃO FREIRE**

ORGANIZAÇÃO

LUÍSA VELOSO · MARIA DE LURDES RODRIGUES
RAQUEL REGO · · MARIA ALEXANDRE LOUSADA
CARLOS GONÇALVES · · · CRISTINA RODRIGUES


ALMEDINA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Apresentação: anarquismo, trabalho e sociedade 11

*Lúsa Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego e
Maria Alexandre Lousada*

PARTE I ANARQUISTAS E OPERÁRIOS

**Hierarquia de ofício e associativismo operário no início de novecentos:
um caso de mutualismo vidreiro** 21

Emília Margarida Marques

**Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República
em Portugal** 51

Paulo Eduardo Guimarães

**A ação internacional das organizações sindicais portuguesas:
do marcelismo até 2006** 81

Carlos Trindade

**O “espírito de associação” em Portugal: dinâmica social e legislação
(1820-1926)** 97

Maria Alexandre Lousada

Anarquismo, violência e protesto popular durante a Primeira República em Portugal

PAULO EDUARDO GUIMARÃES

Centro de Investigação em Ciência Política, Universidade de Évora, Portugal

Introdução¹

O conflito entre as organizações operárias, o patronato e o Estado, com manifestações frequentemente violentas, marcou o quotidiano da I República e alimentou a convicção de que os regimes liberais parlamentares eram incapazes de fazer face ao novo tipo de conflitos sociais emergentes com a modernidade. As greves alastraram-se a todo o país envolvendo grupos populares urbanos e rurais, arrastavam-se por tempo indeterminado e foram acompanhadas por reações violentas à intervenção da polícia e das forças militares, como eram a sabotagem, o recurso à bomba artesanal ou até o atentado. Na fase final da República, o bombismo e a emergência de grupos organizados para a violência social, como foi o caso da Legião Vermelha, a par da instabilidade política, serviu de argumento para legitimar a instauração de um regime de ditadura pelos militares

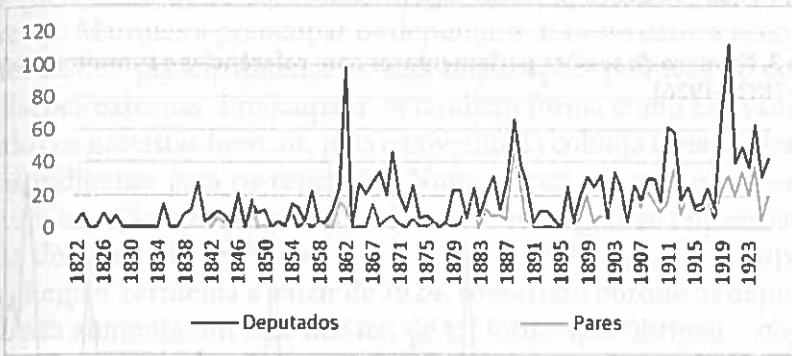
¹ A versão anterior deste texto serviu de suporte à nossa comunicação intitulada “A violência nas relações entre o operariado e o poder político republicano (1910-1926)” no Colóquio *Violência e poder político (1910-1974)* promovido pelo Museu Bernardino Machado e realizado em Farnalhão, Casa das Artes, nos dias 22 e 23 de Novembro de 2013. A investigação decorreu no âmbito do projeto *Movimento social crítico e alternativo: memória e referências* [FCT: PTDC/CP]-C-PO/098500/2008] coordenado por João Freire (CIES/ISCTE). Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/CPO/00758/2013.

conservadores e, mais tarde, para a consolidação do regime autoritário nacionalista filofascista. À instabilidade governativa (que se manifestava nas frequentes mudanças nos ministérios) e política (evidenciada pelo recurso a soluções violentas por parte de opositores políticos, à margem e contra a ordem constitucional republicana de 1911) somava-se a instabilidade social que radicava na exigência de uma república social e progressiva por parte das organizações operárias. A incapacidade do regime republicano fazer face à Ordem Pública foi assim um argumento que legitimou a ditadura e conduziria mais tarde à instauração do corporativismo de Estado em 1933 (Palacios Cerezales, 2011; Rosas e Rollo, 2009; Freire, 1999, 1992; Valente, 1982; Wheeler, 1978). Esta pode então apresentar-se como *a solução* à direita para a insolúvel contradição entre os interesses dos patrões e dos trabalhadores, instaurando, de forma autoritária, uma arquitetura institucional corporativa que pretendia criar uma harmonia de classes subordinada ao designado “interesse nacional”.²

A historiografia portuguesa sobre a I República tem assinalado a contradição, por um lado, entre o recrutamento e a mobilização revolucionária de camadas populares urbanas inferiores feita pelo republicanismo nas últimas duas décadas do regime monárquico e, por outro, a política fortemente repressiva do movimento sindical e das suas aspirações pelos governos republicanos (Rosas, 2010: 90-94; Arranja, 2011; Valente, 1982 p.71; Oliveira, 1974). A República ter-se-ia visto a braços com um movimento operário livre, politicamente autónomo e revolucionário, sem que houvesse espaço político para os socialistas de partido, moderados parlamentares e integrados no sistema político. Assim, nas palavras de Pulido Valente, “*em vez de ajudado, o P. S. [Partido Socialista] foi azedamente guerreado nas suas pretensões de eleger alguns deputados. (...) A forçada exclusão do P. S. da política parlamentar condenou-o a uma vida de impotência sem esperança e parecendo confirmar que a estratégia revolucionária era a única lógica e viável. reforçou a posição dos anarco-sindicalistas. A luta pela emancipação política e económica dos trabalhadores nunca seria, assim, canalizada pelas instituições legais do país, mas implicaria sempre a sua destruição. Por outro lado, mantendo o P. S. na obscuridade de um papel marginal, sem importância, nem consequência, a República deu um passo decisivo no caminho de se tornar um regime de partido único, isolado entre católicos conservadores e anarco-sindicalistas e obrigado a usar de*

² Castro Leal (1998, 832) mostrou que “o problema da Ordem Pública” na República constitui um dos elementos axiais para a convergência das direitas nacionalistas a partir de 1918.

Figura 2. Distribuição pelas câmaras alta e baixa do parlamento das sessões em que se referiram formas de protestos populares em Portugal (1822-1926)

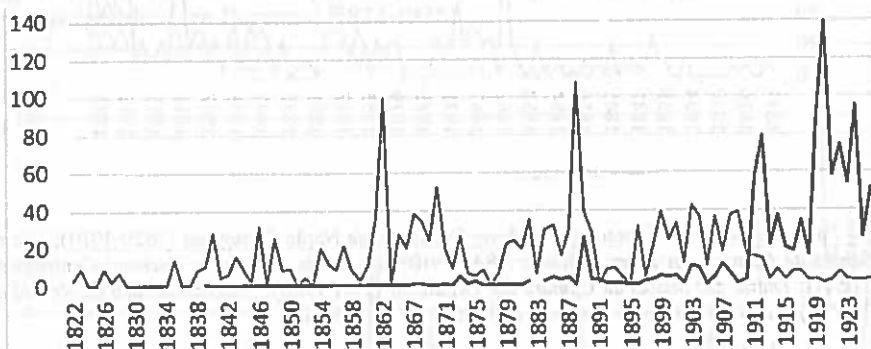


Fonte: Portugal. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* (1820-1910); *Diário das Sessões da Câmara dos Pares do Reino* (1842-1910); *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* (1911-1911); *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados* (1911-1926); *Actas do Senado da República* (1911-1926); *Actas das Sessões do Congresso da República* (1911-1926).

Uma análise mais fina levou-nos a distinguir nos debates parlamentares preocupações com duas formas distintas de protesto público: os motins e os tumultos, por um lado, e as greves, a par de outras as manifestações mais modernas das correntes sociais revolucionárias e o bombismo, por outro. Assim, verificamos que desde o Vintismo até à I República predominaram os tumultos e os motins nas preocupações das elites políticas (*Figura 3*). No entanto, a partir de 1910 foram principalmente as greves, agora identificadas quase sempre com as *greves operárias*, que mais preocuparam os deputados da Primeira República. Essa mudança foi substantiva pois correspondem a fenómenos sociais de natureza distinta. No primeiro caso, estamos perante motins antifiscais em meio rural mas também urbano, sendo de destacar igualmente os conflitos rurais ambientalistas resultantes da destruição de formas coletivas de gestão da propriedade comum (compáscuo, baldios). Os tumultos referem-se igualmente a formas diversas de protesto popular que podem resultar de situações tão variadas quanto as manifestações públicas, as concentrações defronte das autoridades com reivindicações e recusa de obedecer à ordem de dispersão pelas autoridades ou a reação popular a formas de intervenção policial. No essencial, não estamos perante formas evidentes de mobilização coletiva contra o governo e as autoridades constituídas como as greves (termo utilizado para designar tanto as coligações patronais como as greves operárias, as greves de estudantes do liceu e do

ensino superior). O desaparecimento das referências às greves patrona e o peso esmagador da preocupação pelas greves operárias foi assim uma marca distintiva deste período republicano.

Figura 3. Número de sessões parlamentares com referências a tumultos, motins e greves (1822-1926)



Fonte: Portugal. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa* (1820-1910); *Diário das Sessões da Câmara dos Pares do Reino* (1842-1910); *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* (1911-1911); *Diário das Sessões da Câmara dos Deputados* (1911-1926); *Actas do Senado da República* (1911-1926); *Actas das Sessões do Congresso da República* (1911-1926).

Tanto a conjuntura crítica de 1888-1889 (que vem dar razão aos republicanos que consideraram o 31 de Janeiro de 1891 como uma acção revolucionária tardia), como a curva das greves reflete o conhecimento que temos sobre os ciclos de conflitualidade no período. No essencial, o movimento grevista operário que se desenvolvia já com assinalável pressão nos finais do século XIX, explode na sequência do 5 de Outubro, mas é resolvido com sucesso nos cerca de dezoito meses seguintes (Teófilo Garrinha, 1981). Em 1913, quando Afonso Costa apresenta no parlamento o seu relatório do governo, não é só a magna questão do *déficit* que parecia estar controlada como também a questão social. Também o surto grevista de 1918-1919, como a extensão e dureza das greves de 1922-1923 foram documentadas. Ora, hoje sabemos que, do ponto de vista da organização sindical anarco-sindicalista, a situação desde a primavera de 1924 até ao movimento militar do 28 de Maio é de claro refluxo.⁴ Agora, a análise c

⁴ V. a este respeito a contabilização da distribuição das greves de 1919 a 1927 feita por José Teófilo Garrinha (2013, Vol.2, Apêndice K, 669) bem como a análise que faz destes anos, vindo corroborar a nossa análise anterior (Guimarães, 2007). Ver tb. Freitas (2007), 597 (data de 1922 este refluxo).

Figura 4. Cartaz de propaganda do regime contra o “terror da Legião Vermelha” (c. 1934)



Fonte: Arquivo Histórico-Social, Iconografia (Biblioteca Nacional de Portugal).

Conclusão

A violência política e social marcou o quotidiano das sociedades europeias no período entre guerras. Em Portugal, a violência, nas suas diferentes manifestações, marcou não apenas as mudanças frequentes de regime político até à estabilização política alcançada com a institucionalização do novo regime, como marcou os atos eleitorais, a vida política corrente, enfim, permeabilizou todos os grupos sociais mobilizados para a luta política. Neste contexto, os conservadores queixavam-se sobretudo da violência do republicanismo radical, apostado na *republicanização* rápida do país, enquanto aspiravam a um rotativismo republicano ordeiro, comandado pelo conservadorismo, capaz de incluir todas as forças conservadoras (a Igreja e os monárquicos), ao mesmo tempo que não escondiam o seu fascínio pela violência fascista que viam nos regimes de

Anexo 1. O Terror em Portugal: comício de protesto (1/06/1913).

F. O. R. J.

O TERROR EM PORTUGAL

Ao proletariado em geral.

Comício de protesto

Companheiros.

Pela leitura de um copo de café há três meses o dr. Bernardino Machado por um dos membros da comissão desta Federação que foi a Legação de Portugal, no dia 23 de Junho de 1912, e toda a vida que vivamos ao dr. Afonso Costa, ambas publicadas em vários jornais desta capital. Deixa-se conhecendo de atitude seguida por los delegados das associações de trabalho em dos atos de vingança vindicativa, e ainda mais a comissão do governo português, praticados contra companheiros anarquistas, daquela parte da Península Ibérica, fazem pela sua libertação moral e económica, dentro de um direito que a verdade humana deve ser seguida — e direito de ser lido, e direito de ser lido até o termo da sua revolta, contra o poder absoluto de todos os seres — que rejeitam sobre a terra.

A polícia em Lisboa afirma que o crime absoluto, a monstruosidade do dia 11 é devido a uma concepção que tinha por fim lançar bombas no centro do comício.

Algo que o talante honesto praticado por este atentado ao mesmo tempo, não se conhecem facilmente a necessidade ou a utilidade de um comício. Na arquitetura dessa organização repugna, que deve andar pelo mesmo uma lei de não violência, que não permite a violência política, a violência contra o crime de espionagem.

Mas, mesmo no caso de uma organização, direções ou ramais que foca, em alguns casos, do período preparatório de revolta política, ou de crise que o seu futuro não deve ser revolta política, no meio de povo, no meio de trabalhadores de crianças e de mulheres? Não são placadas por evadidos de um manifesto, ou entre por alguns povoadores como ao horrível caso de Caminho Novo, que foi praticado por aterror e fechamento de tantos inocentes em Lisboa?

Que se tivesse sido uma comissão de polícia para organizar uma manifestação de desculpados em vários dias, uma bandeira negra e para incorporar no festivo protesto, como protesto sombrio de famílias aliadas de admissão mas como se comprete que se encontraram, se expõem dessa modo os companheiros, não houveram, ferido e doído o lugar alheiro e descalabrado de várias bombas para o solo da violência? Se previstura os manifestos foram encobertos armados a coragem de bombar?

É evidente que a violência explora foi obtida dem desastrosa. Um espírito não colado, se é que há isto honrado e que a responsabilidade do doloroso sucesso porquê toda a nação. De tal modo perna a toda a sociedade, sendo o que a suportar em ressur grau aqueles que hoje são atitudes de empulso moral.

Fim-se se procura a vida além do tal comício com sua abando fim. Pretende-se envolver ao caso, por todos republico, um grupo de realistas e sindicalistas e de propagandistas libertários — alguns redtores do *Socialista* e o camarada Tito Duarte, da *Terra Livre* foram nomeados secutores de investigadores ao atentado.

Então que se trata de defendido violentos ou de revolta manifestações e factíveis, como o exemplo de um teatro ou de reuniões e de associações recém fundo para responder nos que vêm perseguidos.

Reveremos em um tal comício ou em mesmo fim e que sempre se repudia com coragem.

«A Terra Livre» foi o primeiro comício em a *Avon* que se encontraram simultaneamente o lado oculto de Malacaeta sobre o *Terrorismo*, indo o bocejo a revista de Lisboa, a *Simpatia*, que o publicou há poucos dias.

O primeiro emprego intencional da violência, tem sido por nós várias vezes reprovado. Ainda em fevereiro de 1912, no ano de 1912, ainda a *Avon*, propulso do uso de violência lançados em Lisboa por meio de manifestos.

«A bomba é uma arma portuguesa, pode ser usada, mas não está ao serviço de um raro larvo, pode ser usada. Mas não foram os repúblicanos que pronunciaram e dirigiram o seu fabrico, que está pela a imprensa ferocemente a respeito de Lisboa».

Também a propulso dos manifestos de 27 de abril, escreveram-se, entre outras, as seguintes palavras: que de tal modo aspiramos o sentir dos mesmos camadas, que mereceram tradução e aprovação da imprensa.

«Que sabemos que ver, por exemplo, na revolução social e a organização social com a tentativa política de 27 de abril? Nada, evidentemente. A não dos sindicatos está no país? Então a violência política e revolta — a violência política não política, não indolente, mas um ferocismo em sua parte, ao contrário da violência política — a violência política e familiar, um protesto de um grande parte de desorganização e falta de organização política, não sabe, então, onde são há não e onde todos raios e ninguém tem razão — entre ataques e revolta política — a violência política e familiar, não somente, mas também (isto dizemos, e isto não devemos esquecer...) e a violência política é a mais forte reação contra esse estado de coisas e de espionagem.

O mesmo podem dizer a *Terra Livre* e o *Socialista* (esta, se lhe derem licença de se desmentir), pois não lhes podem atribuir senão alguns promotores não vivo, alguns iniciadores a uma legitima revolta, violenta contra os atos de poder? Os nossos amigos não são os que acolhem, das cabeças de um jornal ou de qualquer tribuna desorganizada, atos de força e violência.

Não se procura defender que sobre os crimes, de algumas vítimas espantadas uma culpa que pertence aos seus atos de que nos homens e que, sobre todos, sobre principalmente é justos de política e do poder, aos crimes contra os cidadãos, é a realidade que promove o erro a força, as desleais e injustas de hoje.

A chamada a justiça política, grandes manifestos e laços, de tal modo que a violência política não seja apenas isolamento, mas o golpe será aliado mais e repugnância e de honra que o viciaram. A Espanha deveria servir de exemplo».

Vida pela saúde ou revolta de protesto, contra as manifestações violentas da democracia moderna, que se realiza no dia 27 de setembro, de Lisboa no meio do LARGO DE S. FRANCISCO.

Viva o operariado organizado — !
Viva a solidariedade humana — !
Viva a emancipação proletária — !
Até a morte do terror — !

Julho de 1913

A FEDERAÇÃO OPERARIA DO RIO DE JANEIRO

A folha volante apela à participação dos operários no Rio de Janeiro num comício de solidariedade para com os seus companheiros portugueses, vítimas da vaga repressiva promovida pelo governo de Afonso Costa que conduziu ao encerramento da Casa Sindical.

Fonte: In *Arquivo Histórico-Social / Projecto MOSCA* (Biblioteca Nacional), ANS.6146 MS.313

Referências

- ALVES, Daniel (1912), *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Chamusca, Edições Cosmos
- ARRANJA, Álvaro (2011), *Mataram Mariana... Dos fuzilamentos de Setúbal à rutura operariado-república em 1911*. Setúbal, Centro de Estudos Bocagianos.
- BAIÃO, Manuel P. (2012), *Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)*. Évora – Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História Contemporânea.
- FREIRE, João (1999), “A República e o Movimento Operário” in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa, Colibri, pp. 77-89.
- FREIRE, João (1992), *Anarquistas e Operários: Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto, Afrontamento.
- FREITAS, Filipa (2007), *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal (1913-1926)*. Paris, EHESS, Tese de doutoramento em História.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2007), “Cercados y persguidos: La Confederación Geral do Trabalho (CGT) en los últimos años del sindicalismo revolucionario em Portugal (1926-1938)” in Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (eds.) *Conflicto político, democracia y dictadura. Portugal y España en la década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 199-241.
- LEAL, Ernesto Castro (1998), “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)” *Análise Social*, vol. XXXIII (148) (4.º), 823-851
- OLIVEIRA, César (1974), *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*. 2ª ed. Lisboa, Seara Nova.
- PALACIOS Cerezales, Diego (2011), *Portugal à Coronhada: Protesto popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa, Tinta da China.
- RAPOSO, Eduardo M. (2001), “A Greve Geral de Évora de 1912: ponto cimeiro dos conflitos sociais no Alentejo nos alvares da República” in *A Cidade de Évora, II série*, 5, 2, Évora, C.M., 213-230.
- ROSAS, Fernando; Rollo, M. Fernanda (2009), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta da China.
- ROSAS, Fernando (2010), *1910: Duas Vozes. Porque Venceu e Porque se Perdeu a I República?* Lisboa: Bertrand.

- SANTOS, Miguel Dias (2010), *A Contra-Revolução na I República 1910-1919*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SCHWARTZMAN, Kathleen C. (1989), *The Social Origins of Democratic Collapse: First Portuguese Republic in the Global Economy*. Kansas, University Press.
- SOUSA, Manuel J. (1976), *O Sindicalismo em Portugal*. 5ª ed. – Porto, Afrontamento.
- TENGARRINHA, José (1981), “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920” *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º 573-601
- TEODORO, José Miguel (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. Lisboa: Faculdade de Letras. Diss. doutoramento em História Contemporânea.
- VALENTE, Vasco Pulido (1982), *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*. – 2ª ed. Lisboa, Moraes, 262 pp.
- VENTURA, António (2000), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: convergências possíveis (1892-1910)* Lisboa, Cosmos.
- WHEELER, Douglas L. (1978), *Republican Portugal: A Political History 1910-1926*. Madison, The University of Wisconsin Press.